



Disjunção e transversalidade de gênero na Extensão Rural pioneira

MÁRCIO MALTAROLLI QUIDÁ¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é promover análise comparativa, na perspectiva de gênero, dos primórdios institucionais da política de extensão rural em Minas Gerais às condições atuais, sob a vigência da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). A questão analítica que se coloca, refere-se à evolução histórica da política e suas implicações nas relações de gênero entre extensionistas agropecuários (EAGRO) e de bem-estar social (BES) e entre esses e os homens rurais (HR) e mulheres rurais (MR) atendidos. Especificamente, pretende-se comparar em perspectiva histórica, o lugar ocupado pelas mulheres, a divisão sexual do trabalho e as relações de subordinação oriundas das relações EAGRO x BES; HR x MR e EAGRO, BES x HR, MR.

Apresentam-se os eventos em duas fases distintas: (1) disjunção de gênero (1948-2003), quando não existiam instrumentos previstos na política pública para minorar o hiato de direitos entre homens e mulheres e, paradoxalmente, a separação era estimulada pelo aparato institucional, e (2) transversalidade de gênero (2003-2015), com a reorientação das políticas públicas influenciadas pela criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que influenciou o enfoque de gênero da PNATER.

Para atingir os objetivos propostos, os eventos relacionados à primeira fase foram obtidos através de pesquisa teórica e documental. Entre outras publicações relevantes, destacam-se: os Relatórios Anuais da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-MG) de 1949 a 1955, obtidos no Centro de Documentação e Memória da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, em Belo Horizonte; depoimentos dos precursores da extensão rural institucional em Minas Gerais, disponíveis em Silva & Lima (1984) e o trabalho de Rodrigues (1997), que trata da seletividade de políticas públicas de extensão rural em Minas Gerais, propõe sua periodização explicativa e traz importantes dados estatísticos relacionados à evolução do quadro de extensionistas agropecuários e de bem-estar social.

Para ilustrar as percepções atuais, questionários foram encaminhados em maio de 2015 por correio eletrônico aos extensionistas ligados aos escritórios locais² pertencentes à

¹ Doutorando em Política Social – UFF. Professor de Extensão Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas.

Unidade Regional de Guaxupé da EMATER-MG. O questionário compreende três partes: na primeira delas, os extensionistas responderam sobre as relações de gênero no viés da ação extensionista; na segunda parte, o enfoque foi direcionado à percepção do extensionista sob a realidade das famílias de agricultores familiares atendidos e na última, indicaram as atividades desenvolvidas exclusivamente por mulheres, homens e pelos dois sexos nas propriedades atendidas.

A abordagem sobre a estratégia da transversalidade de gênero está referenciada nas publicações de Bandeira & Melo (2014) e Bandeira & Almeida (2013). As autoras relatam a trajetória histórica da construção do conceito e sua aplicabilidade nas políticas públicas brasileiras, com ênfase no período posterior a 2003, quando foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), processo que repercutiu nos pilares da PNATER.

Antecedentes

A política de extensão rural no Brasil teve origem institucional em 1948 no estado de Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coincidindo com a entrada de serviços congêneres em toda América Latina. (RIBEIRO, 2000; DIAS, FERT NETO, COMUNELLO, SAVIAN, 2008). Neste período, a gênese do primeiro serviço público brasileiro de extensão rural sofreu forte influência norte-americana, através das iniciativas do grupo da tradicional Família Rockefeller, detentora de empresas dedicadas à exploração e comercialização do petróleo, fabricação de máquinas agrícolas, fertilizantes e produção de sementes. Nelson Rockefeller, mensageiro especial da missão americana no Brasil, desenvolveu a típica manifestação do “espírito missionário” comum à época entre os magnatas de seu país. A lógica filantrópica baseava-se em “ajudar aos que queriam ajudar-se”. Sob a égide destas concepções desenvolveram-se as primeiras ações da ACAR, direcionadas aos mais capazes entre os pequenos agricultores, importando as estratégias desenvolvidas pela *American International Association for Economic and Social Development* (AIA). Copiando o modelo que seu avô *John Davison Rockefeller* implantou no sul e meio-oeste americano, Nelson e seus colaboradores trouxeram ao Brasil a continuidade das ações desenvolvidas na Venezuela desde 1947 (OLIVEIRA, 1999; PINTO, 2008).

² Andradadas, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Congonhal, Guaranésia, Guaxupé, Itamogi, Jacuí, Jacutinga, Juruiaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino.

As atividades tiveram início em 1949, quando a ACAR distribuiu profissionais em quatro localidades: Pedra Leopoldo, Santa Luzia, Ubá e Curvelo. Os escritórios locais funcionavam em instalações modestas, com equipes formadas por um engenheiro agrônomo, uma moça treinada em economia doméstica e auxiliar de escritório. No início da década de 1950, cada equipe dispunha de um *jeep*, utilizado pelo agrônomo e a profissional de bem-estar social para visitar as propriedades rurais com o intuito de promover o diagnóstico da realidade socioeconômica; organização de reuniões comunitárias para levantar os problemas e ajustar as soluções viáveis; fazer demonstrações práticas e palestras visando aumentar a renda das famílias; mostrar às donas de casa boas práticas domésticas para melhorar a qualidade de vida da família; identificar lideranças para conseguir o apoio da comunidade, facilitando a adoção das tecnologias e ajudar pequenos agricultores a conseguirem o financiamento bancário através de planos de empréstimos supervisionados (ACAR-MG 1950; OLINGER 1996).

Extensão Rural e disjunção de gênero (1948-2003)

No que concerne às relações de gênero, este período foi marcado pela ausência de instrumentos na política pública para minorar o hiato de direitos entre homens e mulheres. Na prática, a separação era estimulada pelo aparato institucional através de práticas sexistas que preservaram a invisibilidade feminina nos espaços rurais e relegavam às mulheres posições secundárias na sociedade. Convém destacar a notória heterogeneidade deste período, cujas diferenças também importam ao objeto deste trabalho. Para equacionar esta diversidade, os eventos são apresentados em consonância com a periodização proposta por Rodrigues (1997), acrescentando-se os eventos que sucederam a publicação. Para o autor, a trajetória histórica da Extensão Rural pode ser demarcada em três fases distintas, que ressaltam o *modus operandi* e as concepções filosóficas dominantes: (1) Humanismo assistencialista (1949-1962); (2) Difusionismo produtivista (1962-1985) e (3) Humanismo crítico (1985-1989).

A **primeira fase** teve origem na primeira experiência institucional em 1948, com a criação da ACAR em Minas Gerais e perdurou até meados da década de 1960, numa época em que o uso intensivo da tecnologia agrícola não estava na agenda política brasileira e o acréscimo da produção ocorria mediante expansão horizontal das fronteiras agrícolas. As práticas extensionistas caracterizaram-se pela comunicação informal entre os extensionistas, produtores e sua família e pela integralidade da ação educativa – das práticas agrícolas à

economia doméstica – para elevação do bem-estar social. A equipe de trabalho, de composição paritária, era formada por um técnico agrícola e uma técnica em economia doméstica. As ações eram verticais ascendentes, partindo do diagnóstico da situação, seguida pela especificação de alternativas baseadas nos objetivos das famílias assistidas e por fim, na tomada de decisão, geralmente elaborada pelos extensionistas e operacionalizada pela família. O financiamento das práticas agrícolas e domésticas ocorria pela oferta do crédito rural supervisionado³, parte central do modelo.

O trabalho de economia doméstica foi uma inovação introduzida pela AIA no Brasil. Esse serviço era feito exclusivamente por “moças”, professoras normalistas ou enfermeiras treinadas pela ACAR, que davam assistência às famílias, levando-lhes conhecimentos elementares de alimentação, vestuário, higiene, saúde e saneamento básico. O Relatório Anual de 1953 da ACAR esclarece as ações fundamentais das BES:

A velha ideia de se ensinar decoração de bolos complicados e bordados finos às senhoras e moças do meio rural, não faz parte do programa da ACAR. Os princípios de economia doméstica que realmente preocupam as supervisoras são aqueles básicos e essenciais a uma vida saudável e prática, tais como conseguir uma casa limpa e livre de insetos caseiros, substituir o chão batido dos cômodos por um piso de tijolo ou cimento[...], aproveitar melhor as frutas e hortaliças fazendo conservas, construir um chuveiro com materiais simples e baratos, confeccionar roupas simples e práticas para crianças e para trabalho, meios de fazer com que as crianças bebam mais leite, melhorar o sistema de água potável, ensinar às mães gestantes os cuidados que devem tomar consigo próprias. (ACAR, 1953, p.8-9).

No início, algumas dificuldades foram encontradas para o desenvolvimento das funções. Uma das mais sentidas foi a falta de receptividade, pois à época, era inconcebível uma mulher viajar diariamente num *jeep*, para a zona rural, junto com o técnico e só retornar à noite. Quando os técnicos chegavam às fazendas, alguns diziam: “lá vêm os comunistas”. Outros falavam: “o senhor pode vir aqui na minha propriedade, mas eu não quero aquela dona aqui não.” Para contornar o entrevero, foi necessário fazer trabalho de “catequese”, com o apoio de párocos e lideranças comunitárias. Em poucos anos, as próprias famílias passaram a exigir a presença da moça (SILVA & LIMA, 1984). No mesmo sentido, outra importante dificuldade foi encontrar e manter supervisoras domésticas, em função da grande resistência

³ O Crédito Rural Supervisionado (CRS), instituído em 1948 pela ACAR de Minas Gerais, foi uma modalidade de crédito direcionada a pequenos produtores rurais (minifundiários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que, em função de não auferirem rendas suficientes para realizarem as práticas agrícolas e domésticas que aprendiam, não podiam se beneficiar plenamente do serviço de extensão. (SOUZA, CAUME, 2008; RIBEIRO, 2000).

por parte das famílias, por não apreciarem a vida que levariam suas filhas. Outro impedimento foi encontrar moças com conhecimentos de economia doméstica. Com apoio da ACAR, a Universidade Rural de Minas Gerais (hoje, Universidade Federal de Viçosa) criou em 1952 o curso de Economia Doméstica (ACAR, 1953).

O relato a seguir, presente no quarto relatório anual da ACAR (1952) sobre as atividades desenvolvidas pelo escritório de Três Pontas, no Sul de Minas, exemplifica o cotidiano das atividades desenvolvidas à época pelos escritórios locais, representados pela BES Eunice e pelo EAGRO Henrique:

Antes das 8 da manhã, carregam o jeep com um equipamento de nivelamento de terreno, um pacote de sementes selecionadas, um pulverizador e material para ensinar melhorias no lar [...] Henrique acompanha Hilário ao curral onde lhe mostra como dar vermífugo aos porcos; depois passeia pela propriedade a fim de inspecionar as culturas e demonstrar como aplicar fertilizante nos cafeeiros, do monte de composto. Eunice examina o novo fogão a lenha construído com o empréstimo e explica à D. Geralda, esposa de Hilário, a necessidade de ferver a água para beber. Ensina-lhe também como preparar vários pratos à base de leite para as crianças. Henrique e Eunice escolhem um local para a horta doméstica e prometem levar sementes, com instruções de plantio, quando a terra já estiver preparada. [...] Por volta da 1 hora da tarde, após um almoço rápido na cidade, Henrique e Eunice chegam à escola rural, em Santana da Vargem, onde Eunice dá duas aulas mensais a um grupo de quinze senhoras e moças. Enquanto Eunice ensina noções de enfermagem, Henrique visita o Dr. Alcides Araújo, um não mutuário, a quem está orientando quanto ao plantio em curvas de nível, cuidado das laranjeiras e à instalação de luz, fossas sanitárias e hortas para seus empregados. Eunice encerra a aula, anuncia uma sessão de cinema para a noite de terça-feira, a ser realizada na escola, e acompanha duas moças pela estrada afora até suas casas, a fim de inspecionar as hortas por elas plantadas há algumas semanas atrás. [...] Ao mesmo tempo, Eunice e diversas senhoras e moças se reúnem ao redor da mesa da sala de jantar, a fim de discutir problemas relacionados com a saúde, saneamento e puericultura, ou vão à cozinha onde aprendem a preparar verduras e legumes. [...] (ACAR, 1952, p. 9).

O relato evidencia a institucionalização da disjunção de gênero através da separação dos papéis sexuais, relacionando EAGRO e HR ao trabalho produtivo e à esfera pública e BES e MS ao trabalho reprodutivo e à esfera privada. Assim, as funções da “porta para fora” competiam ao universo masculino e as da “porta para dentro” às mulheres. A “horta” era o ponto de encontro, onde práticas agrícolas e de bem-estar social, relacionadas à boa alimentação da família, convergiam. Ademais, a divisão sexual do trabalho, marca incontestemente da ação extensionista à época, resultava em demarcações de gênero, onde EAGRO atendia HR e a BES acolhia MR e seus filhos.

A **segunda fase** teve início em 1962, tempo de forte efervescência do cenário político, institucional e tecnológico. Por um lado, o governo do Presidente João Goulart, através do

Plano Trienal (1963-1965), formulado para combater a inflação e promover o crescimento econômico, estabeleceu diretrizes para aumentar a produção e a produtividade agropecuária. Por outro, os novos paradigmas tecnológicos da revolução verde, modelo impulsionado pelo desenvolvimento da química e da biologia, através da difusão de pacotes tecnológicos. Neste contexto surgiu o difusionismo produtivista, modelo voltado à transferência de tecnologias financiadas pelo crédito rural orientado⁴. De cunho tecnicista, as estratégias de desenvolvimento e intervenção negligenciavam questões culturais, sociais ou ambientais dos sujeitos sociais envolvidos, direcionando prioritariamente suas ações aos aspectos técnicos da produção. Gradativamente, as equipes “casadas”, compostas de um EAGRO para cada BES entre 1949 e 1955, tiveram sua relação alterada, em prejuízo as práticas de bem-estar social (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural

Profissionais/ ano	1956	1958	1960	1962	1964	1966	1968	1970	1972	1974
EAGRO	138	267	329	413	604	1026	1394	1703	2747	3485
BES	127	214	245	304	387	709	844	836	872	818
Outros	0	0	0	0	17	21	49	63	130	165
Total	265	481	574	717	1008	1756	2287	2602	3749	4468
EAGRO/BES	1,09	1,25	1,34	1,36	1,56	1,45	1,65	2,04	3,15	4,26

Fonte: adaptado de Rodrigues (1997).

Em 1975, a ABCAR foi substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), no intuito de aprofundar a intervenção do Estado nas ações de extensão rural, favorecendo a transmissão e difusão das inovações tecnológicas produzidas pelas instituições de pesquisa, através da integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A EMBRATER concedia apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e pesquisa agropecuária (PEIXOTO, 2008). Em Minas Gerais, a ACAR deu lugar a EMATER-MG no mesmo ano, com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, em consonância com as diretrizes de trabalho da EMBRATER.

⁴ O Crédito Rural Orientado (CRO), modalidade de crédito característica no difusionismo produtivista, direcionava-se a modernização do processo produtivo através do uso intensivo de capital. Seus principais beneficiários eram médios e grandes empresários rurais, e em alguns casos, pequenos produtores com renda suficiente para garantir a capacidade de pagamento e disposição de aceitar e receber orientação para incremento da produtividade de seu empreendimento agrícola (SOUZA, CAUME, 2008).

Os extensionistas pioneiros entrevistados por Silva & Lima (1984) foram unânimes em afirmar que a transformação da ACAR em EMATER acarretou mudanças negativas, especialmente no início. Entre os depoimentos, o aspecto mais significativo foi a perda de autonomia, pois a ACAR agia praticamente sozinha apesar de receber dinheiro do governo estadual. Ademais, sob as rédeas federais, ocorreram problemas de condução e muito se perdeu em amor à causa e idealismo. Outro aspecto apontado foi a perda de sentido de equipe, pois antes o trabalho de bem-estar social preocupava-se com a família integralmente. Com a quebra da paridade nas equipes, houve o desmembramento do serviço nas partes técnica e social, com maior ênfase na primeira, tendo em vista que aumentar a produção e a produtividade para exportação eram os objetivos perseguidos.

Neste período, o trabalho social passou a ser secundário e alguns escritórios declararam ser desnecessário o trabalho da BES. Ao ser desvinculado dos projetos da área técnica e com a forte redução de recursos humanos e financeiros, muitos extensionistas suspeitavam que o programa de bem-estar social seria extinto progressivamente. Porém, na ótica dos extensionistas pioneiros, o papel da BES era decisivo, embora haja entre eles, quem afirme que elas nunca tiveram seu trabalho reconhecido, tendo ficado em plano secundário em todos os aspectos, até mesmo no que diz respeito ao salário. Em alguns casos, as supervisoras BES ficaram sem transporte para realizar o seu trabalho no meio rural. Muitas andaram de caminhão de leite ou transportadas pela prefeitura para manterem seu trabalho. Quanto as mudanças culturais da primeira para a segunda fase, um dos entrevistados declarou que no início das atividades da ACAR, as mulheres usavam vestidos no calcanhar e em princípios da década de 1980 já era possível encontrar quem usasse minissaia pelas roças. No mesmo sentido, outro entrevistado declarou ter percebido mudanças em relação ao papel da mulher na família e na sociedade, inclusive das supervisoras BES que tiveram de acompanhar esta evolução, apesar das mudanças serem mais lentas no campo do que na cidade (SILVA & LIMA, 1984).

Nessa época, as condições para superação (ou mitigação) das práticas sexistas na política de extensão rural ainda não estavam dadas. Enquanto na primeira fase a disjunção era estimulada pelo aparato institucional, especialmente na divisão sexual do trabalho, no difusionismo produtivista prevaleceu a invisibilidade feminina em prol dos interesses

econômicos, ao mesmo tempo em que não existiam instrumentos na política pública para minorar o hiato de direitos entre homens e mulheres.

O **terceiro** e último momento na periodização de Rodrigues (1997) é por ele denominado de “humanismo crítico”. Reflete as mudanças geradas pelo fim do regime militar, entre elas, a reorganização dos movimentos sociais camponeses e a percepção generalizada das consequências da modernização conservadora. Nessa época, para um considerável número de extensionistas, as ideias do educador Paulo Freire, escritas em seu exílio no Chile durante a reforma agrária que se iniciou em 1968, divulgadas em seu livro “Extensão ou comunicação?”, exerceram forte influência no questionamento da práxis extensionista. Na ótica Freireana, a comunicação entre o agrônomo educador e os camponeses não deve se limitar a substituição acrítica dos conhecimentos empíricos pelas tecnologias, por maiores que sejam seus impactos sobre a produtividade. Em contraposição aos “tradicionalistas” que defendem a manutenção do “*status quo*” e ao “messianismo tecnicista” caracterizado pela modernização das estruturas, o autor propõe a superação da simples assistência técnica através da conscientização dos camponeses e da autoconscientização, para que procedimentos técnicos sejam oferecidos aos educandos como problemas que eles devem responder (FREIRE, 1983).

Em meados da década de 1980, na efervescência política do cenário da redemocratização e com o esgotamento da orientação difusionista, esboçou-se no âmbito da EMBRATER e dos debates da sociedade civil, a adoção de um modelo de extensão rural fundamentado nos ideais de Paulo Freire. Pretendia-se a promoção humana, integral e não paternalista das maiorias demográficas do campo, onde a relação, outrora vertical entre extensionistas e camponeses, se transformasse em relacionamento dialógico horizontal, com o protagonismo do produtor expresso em sua capacidade de problematizar a realidade e decidir.

Com o fim do período autoritário e a crescente organização dos movimentos sociais, especialmente o das mulheres, houve um reordenamento político, jurídico e legislativo que viabilizou um conjunto de reivindicações relacionadas ao processo histórico da exclusão feminina. Na Constituição de 1988 foi inscrito que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Art. 5º, I) e que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Art. 226, § 5º). Antes, o Código Civil de 1916 legitimava a dominação masculina dentro da relação marital (BANDEIRA & MELO, 2013).

No mesmo ano, passa a ser desenvolvido o projeto de apoio à Organização da Mulher Rural, cujo objetivo era sensibilizar e treinar os extensionistas na adoção e considerações de gênero a nível local (TEIXEIRA, 1994 *apud* HEREDIA & CINTRÃO, 2006). Esta ação, apesar de incipiente pela descontinuidade dos órgãos em que estava vinculada, pode ser considerada o marco inicial da extensão rural na perspectiva da transversalidade de gênero.

A resistência de setores fortalecidos no pós-redemocratização; o endividamento público e os objetivos do Ministério da Agricultura, focados na maior eficiência tecnológica para obtenção de safras recordes, ofuscaram as demandas dos movimentos sociais em ascensão pelo fim do período militar. Seguindo as exigências dos organismos financeiros internacionais, a EMBRATER, em movimento ensaiado desde 1986 no Governo Sarney, foi extinta em ampla reforma administrativa conduzida em 1990, no primeiro dia do governo do Presidente Fernando Collor de Mello, acompanhado de outras estatais, sob a alegação de que suas ações não interferiam diretamente nas dinâmicas sociais por não ofertar serviços diretos aos agricultores (ROS, 2012).

A transversalidade de gênero na política de Extensão Rural

O cenário da redemocratização, a emergência do movimento feminista e de mulheres brasileiro, o processo constituinte e a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de janeiro de 2003 foram fatores determinantes para um novo enfoque de gênero nas políticas públicas. Em ato simbólico, o Presidente Lula assinou em seu primeiro dia de mandato a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, cujos objetivos passam pelo reconhecimento de que a igualdade entre homens e mulheres é o princípio fundador dos direitos humanos e pilar de uma sociedade democrática. A partir de então, através de um novo modelo de gestão, ampliou-se a interlocução com a sociedade civil para que agentes e beneficiários pudessem exercer o controle social. Ademais, a questão de gênero⁵ passou a ser incorporada nos diversos programas econômicos e sociais do governo através da inserção da temática de forma transversal com os demais Ministérios, que participaram da elaboração e efetivação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres

⁵ Para Hurtig & Pichevin (1985) *apud* Bandeira e Almeida (2013), a categoria gênero parte do reconhecimento de que há experiências histórico-sociais pautadas nas diferenças sexuais, como construção organizadora de modos de ser e modelos de comportamentos ou como variável de pertencimento dos sujeitos.

(PNPM), constituindo-se na principal ação pública de articulação intersetorial (BANDEIRA & MELO, 2014).

Após hiato de treze anos e sob a nova perspectiva de gênero nas políticas públicas, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) pertencente à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, assumiu as prerrogativas de estrutura central para coordenar os serviços dos órgãos estaduais de extensão. Em maio de 2004 foi publicada a primeira versão da Política Nacional de ATER (PNATER)⁶, após amplos debates com a sociedade civil, realizados em quatro oficinas regionais e uma nacional, durante o ano de 2003 (BRASIL, 2004). A PNATER orienta a adoção de novos enfoques metodológicos participativos, do paradigma tecnológico da agroecologia⁷ e da valorização do conhecimento nativo, também conceituado como tradicional ou local (DIAS, NETO, COMUNELLO, SAVIAN, 2008). Em paralelo, a PNATER busca “apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (BRASIL, 2004, p.8), consolidando, de forma inovadora, o viés da transversalidade de gênero na política pública de extensão rural.

Nos três anos que sucederam a implementação da política, convênios e contratos foram firmados com centenas de entidades, com destaque para as 27 organizações públicas estaduais de ATER, baseadas nas diretrizes da PNATER. No período, diversos eventos de capacitação foram realizados e o orçamento federal destinado à extensão rural cresceu doze vezes (CAPORAL, RAMOS, 2006). Em Minas Gerais, a EMATER-MG constituiu em 2004 equipe multidisciplinar das diversas regiões do Estado para refletir sobre o processo metodológico da ação extensionista e propor a sua reelaboração frente a nova realidade. Neste processo, construiu-se a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o

⁶ A Lei Federal 12.188, de 11 de janeiro de 2010, alterou o nome da política, que passou a se denominada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e criou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

⁷ Agroecologia corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia no manejo de agroecossistemas sustentáveis, uma orientação cujas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto as variáveis econômicas, sociais e ambientais, como as variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR) para servir de referência teórica, metodológica e técnica da ação extensionista (RUAS *et al*, 2006). Neste documento, utilizado na formação inicial e continuada dos extensionistas, a questão de gênero não constitui um capítulo ou seção à parte. Porém, transparece a ruptura com a postura assistencialista/tecnicista e a prevalência do desenvolvimento sustentável, através da emancipação e do protagonismo dos agricultores e agricultoras no processo de desenvolvimento. Convém destacar que, na elaboração desse documento, ocorreu a preocupação de se referir ao gênero feminino em expressões não condensadas com o masculino, prática comum e aceita em nossa gramática.

Tendo em vista o novo enfoque de gênero nas políticas públicas brasileiras e com o intuito de analisar as consequências sob as ações presentes da extensão rural, questionários foram encaminhados em maio de 2015 por correio eletrônico aos quarenta extensionistas (trinta e cinco extensionistas agropecuários e cinco extensionistas de bem-estar social) ligados aos vinte e dois escritórios locais pertencentes à Unidade Regional de Guaxupé da EMATER-MG. Dos 40 questionários enviados, 15 foram respondidos (37,50%), por 11 EAGRO (31,43%), 3 BES (60%) e 1 auxiliar administrativa do sexo feminino, provenientes de 11 escritórios locais (50%). Na primeira parte do questionário, os extensionistas foram instados a responder sobre a extensão rural e as relações de gênero no viés da ação extensionista. Para responder, os extensionistas concederam notas de 1 a 5 para as afirmações disponíveis, sendo que a nota 1 significa discordo totalmente; 2 - discordo parcialmente; 3 – indiferente; 4 - concordo parcialmente e 5 - concordo totalmente. Os resultados expressos na Tabela 2 correspondem ao cálculo da média dos valores obtidos nas respostas, indicando assim o nível de concordância com as afirmações. Os resultados são apresentados em grupos: sexo, tempo de serviço e faixa etária.

Tabela 2. Relações de gênero no viés da ação extensionista

RESULTADOS	Sexo		Tempo de serviço			Faixa etária			
	M	F	0-10 anos	10-20 anos	>20 anos	25 a 35	35 a 45	45 a 60	>60
Os extensionistas agropecuários trabalham de forma colaborativa e harmoniosa com as extensionistas BES.	3,64	3,33	3,43	3,33	4,00	3,40	3,25	4,00	4,00

Existem distinções bem claras nas atribuições dos extensionistas agropecuários e BES.	3,91	3,67	3,71	2,67	4,40	3,80	3,25	4,00	4,00
A EMATER oferece cursos aos extensionistas que abordam à questão de gênero.	2,91	3,67	2,43	4,00	3,40	2,80	3,00	3,40	3,00
A EMATER divulga portarias e/ou memorandos relacionados à questão de gênero.	2,45	1,00	2,14	1,67	2,60	2,40	1,25	2,60	3,00
As ações da EMATER visam à superação da distinção entre homens e mulheres rurais.	3,09	3,00	2,71	3,67	3,40	3,20	3,25	2,80	4,00
Minhas ações visam à superação da distinção entre homens e mulheres rurais.	4,27	4,33	3,86	4,67	4,60	4,00	4,50	4,20	5,00
O legado histórico da ACAR interfere na prática extensionista atual.	3,27	5,00	3,57	3,67	3,40	2,80	4,50	3,40	4,00
Minhas ações são dirigidas a homens e mulheres, indistintamente.	4,55	4,67	4,14	5,00	5,00	4,20	4,50	5,00	5,00
O trabalho das extensionistas BES relaciona-se às práticas da “porta para dentro” e dos extensionistas agropecuários “da porta para fora”.	2,64	1,67	2,14	1,67	3,20	2,20	2,00	2,60	4,00
Em minha opinião, a questão de gênero é muito importante para o trabalho extensionista.	3,64	4,67	3,43	4,33	4,00	3,40	4,75	3,40	4,00
Nos últimos anos, percebi a diminuição da distinção de papéis entre os homens e mulheres nas famílias atendidas.	3,64	4,33	3,43	3,33	4,40	2,80	4,00	4,60	3,00

Fonte: elaboração própria

Percebem-se variações significativas no recorte por sexo, onde em algumas afirmações as extensionistas BES tendem a emitir opiniões mais próximas aos valores máximos na escala de concordância, em função das suas experiências enquanto mulheres. Foram unânimes ao relatar a ausência de divulgação de portarias e memorandos da EMATER relacionadas à questão de gênero e ao declarar que o legado histórico da ACAR interfere na prática extensionista atual. Da mesma forma, são mais pessimistas sobre as ações da EMATER relacionadas à superação da distinção das diferenças entre homens e mulheres, apesar de declararem que suas ações estão direcionadas neste sentido. Por outro lado, os EAGRO tendem a naturalizar a questão, ora por desconhecê-la, quando apresentam noção da menor importância da questão de gênero para o trabalho extensionista, ora por relativizá-la, quando

percebem com menor intensidade as influências do legado histórico e outrora por consenti-la, ao demarcarem com maior ênfase a distinção dos papéis EAGRO x BES e ao afirmarem que a atribuição das BES é da porta para dentro. Nos recortes por tempo de serviço e idade, que guardam relação direta entre si, chama a atenção que as opiniões mais extremas estão presentes na faixa intermediária. Por um lado, convém destacar que o último concurso público da EMATER-MG ocorreu em 2005. Por outro, pesa o fato dos extensionistas localizados na faixa entre 10 e 20 anos de serviço terem vivenciado em sua formação inicial os paradigmas humanistas críticos do MEXPAR.

Na segunda parte do questionário, o enfoque foi direcionado à percepção do extensionista sob a realidade das famílias de agricultores familiares atendidos. De forma análoga, as respostas permitiram através do cálculo da média aferir o grau de concordância.

Tabela 3. Percepção dos extensionistas sob a realidade dos agricultores familiares atendidos.

RESULTADOS	Sexo		Tempo de serviço				Faixa etária			
	M	F	0-10 anos	10-20 anos	>20 anos	25 a 35	35 a 45	45 a 60	>60	
Nas famílias rurais atendidas, o papel da produção cabe ao homem e as atividades domésticas às mulheres.	2,91	3,67	3,71	3,00	2,40	3,60	3,25	2,40	4,00	
Os homens chefiam as famílias rurais atendidas.	3,45	4,00	3,86	4,00	3,00	3,80	4,00	3,00	4,00	
Na minha presença, as mulheres atendidas demonstram obediência aos homens.	2,45	3,67	3,00	2,00	2,40	2,60	2,50	2,60	3,00	
As mulheres participam das atividades comunitárias (reuniões, cursos, treinamentos, dias de campo etc) menos do que os homens.	3,55	4,67	3,71	4,00	3,80	3,60	4,00	3,80	4,00	
As mulheres opinam nas atividades comunitárias (reuniões, cursos, treinamentos, dias de campo etc) menos do que os homens.	3,27	4,67	3,43	3,67	3,80	3,20	3,75	3,60	5,00	
Ouvi relatos ou presenciei casos de violência de gênero nas famílias rurais atendidas.	1,09	1,67	1,00	1,00	1,60	1,00	1,00	1,40	2,00	

Fonte: elaboração própria

Nos resultados, o recorte por sexo demonstrou-se novamente mais significativo. Entre os extensionistas pesquisados, são as BES que ratificam a divisão sexual do trabalho, quando relega ao HR, com maior ênfase, o papel da produção e às MR as atividades domésticas. Também se evidencia na perspectiva feminina a relação de subordinação, quando declaram

sua impressão sobre a chefia da família pelo HR e demonstração de obediência pela MR. Tais constatações reforçam a existência, em tempos atuais, da divisão do trabalho produtivo e reprodutivo e da dicotomia entre público e privado. Por outro lado, cabe destacar que na concepção dos EAGRO a participação e intervenção feminina nas atividades comunitárias, comuns na prática sistêmica da extensão rural, é menor do que na impressão das BES, o que nos leva a deduzir que ainda hoje existem eventos exclusivos para HR e MR e também eventos onde os dois participam.

Na última parte do questionário (Tabela 4) os extensionistas indicaram as atividades desenvolvidas exclusivamente por mulheres, homens e pelos dois sexos nas propriedades atendidas.

Tabela 4. Atividades desenvolvidas por mulheres, homens e pelos dois sexos.

ATIVIDADES	Homens			Mulheres		
	Homens	Mulheres	Os dois	Homens	Mulheres	Os dois
Treinamento, palestras, dia de campo e diagnóstico participativo	0,00%	0,00%	100,00%	25,00%	0,00%	75,00%
Cultivo de hortaliças	9,09%	0,00%	90,91%	0,00%	25,00%	75,00%
Operação de tratores e máquinas agrícolas	81,82%	0,00%	18,18%	75,00%	0,00%	25,00%
Capinas, roçadas	72,73%	0,00%	27,27%	100,00%	0,00%	0,00%
Administração da propriedade	18,18%	0,00%	81,82%	50,00%	0,00%	50,00%
Cozinhar	0,00%	72,73%	27,27%	0,00%	100,00%	0,00%
Limpar a casa	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Cuidar dos filhos	0,00%	72,73%	27,27%	0,00%	50,00%	50,00%
Agroindústria	0,00%	9,09%	90,91%	25,00%	25,00%	50,00%
Artesanato	0,00%	54,55%	45,45%	0,00%	100,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria

As informações da Tabela 4 evidenciam a presença feminina nas atividades produtivas, mas ainda enfrentam como maior obstáculo, a ausência de poder para definir sobre a utilização dos recursos físicos, humanos e financeiros à disposição na propriedade. Tarefas domésticas continuam sendo femininas, quase exclusivamente e as produtivas ainda

correm sob a primazia masculina. A horta continua sendo o principal ponto de encontro, como nos primórdios da extensão rural.

A evolução nos direitos civis, políticos e sociais experimentados nas últimas décadas pelas mulheres, insuficientes para superação da dominação masculina, proporcionaram importantes mudanças culturais – em um círculo retroalimentado onde as mudanças culturais também proporcionaram direitos – rompendo paulatinamente a barreira das atividades exclusivas para homens e mulheres. Porém, este rompimento ainda é melhor explicado pela necessidade da inserção econômica feminina oriunda da tecnificação e especialização dos processos agropecuários. Nesta ótica e partindo dos dados apresentados, é notória a prevalência da dupla jornada de trabalho feminina, assumindo suas funções produtivas sem abrir mão dos afazeres domésticos.

Considerações finais

A despeito das evoluções políticas e culturais experimentadas nos últimos anos, com a previsão legal do princípio da transversalidade de gênero e sob a insígnia humanista crítica da PNATER, ainda temos que a visão dominante naturaliza a divisão sexual do trabalho e hierarquiza os gêneros. A contradição reside principalmente na interlocução entre os formuladores em âmbito nacional e os implementadores da política na esfera local.

Para superação desses entraves, urge maior interlocução entre os entes signatários da política, que perpetuam as práticas sexistas decorrentes do legado histórico fundado na disjunção de gênero. Também é necessário que os gestores, na esfera local, promovam processos formativos críticos e vivenciais direcionados aos agricultores e extensionistas, tendo em vista a superação dos estereótipos ligados aos papéis de gênero (SILIPRANDI, 1999). A naturalização das relações de poder existentes entre homens e mulheres, quer seja por desconhecimento, relativização ou consentimento, não permitirá a construção efetiva de mudanças efetivas nas relações sociais e o necessário alcance da igualdade de gêneros.

Referências bibliográficas

ACAR-MG. Relatórios anuais. Belo Horizonte, 1949-1955.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C.. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. p. 35-46.

BANDEIRA, L. M.; MELO, H. P. A estratégia da transversalidade de gênero: uma década de experiência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (2003/2013). In: MINELLA, L. S.; ASSIS, G.O.; FUNCK, S. B. (orgs). **Políticas e fronteiras: Desafios Feministas**. 1º ed. Tubarão-SC: Ed. Copiart, 2014. p. 131 – 166.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L.F.. Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia.. In: MONTEIRO, D. M. C. e MONTEIRO, M. A.. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. 1ªed. Belém: UFPA/NAEA, 2006, v. 1, p. 27-50.

COLBY, G.; DENETT, C.. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 1060 p.

DIAS, C. E. A.; FERT NETO, J.; COMUNELLO, F.; SAVIAN, M.. Enfoques metodológicos participativos e agroecologia na política nacional de assistência técnica e extensão rural. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 07, p. 48-53, 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente-SP, Ano 9, nº8, p. 1-28. Jan/Jun 2006.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 523 p.

OLIVEIRA, M. M. . As Circunstâncias da Criação da Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA)**, Brasília, DF, v. 16, n.2, p. 97-134, 1999.

PEIXOTO, M.. **EXTENSÃO RURAL NO BRASIL UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO**. Textos para Discussão da Consultoria Legislativa do Senado Federal, v. 48, p. 1-47, 2008.

PINTO, E. S. L.. A Extensão Rural no Brasil. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 5 e 6, p. 35-43, 2008.

RIBEIRO, João Paulo. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo, Annablume, 2000. 270 p.

RODRIGUES, C. M. *Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil*. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROS, C. A.. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrario (La Plata)**, v. 13, p. 1-40, 2012.

RUAS, E. D. *et al.*. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, 2006. 134 p.

SILIPRANDI, E. **Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: considerações a partir da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999.

SILVA, M. C.; LIMA, A. L.. **O serviço de Extensão Rural em Minas Gerais (retrospectiva)**. Viçosa, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1984. 39 p.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J.. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **Anais do**